
100ª SESSÃO ORDINÁRIA 25OUT2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vou falar de um assunto interno do meu Partido, o PMDB. Os Vereadores estiveram reunidos, a Bancada com o Partido, para esclarecer todas as fofocas que estão na imprensa – isso faz parte. O Partido mantém a posição do primeiro dia em que estivemos juntos aqui na Câmara, neste ano, ou seja, o PMDB mantém a posição de independência; o PMDB não faz e não fará uma oposição raivosa, ser uma oposição por oposição, senão nós estaríamos no bloco da oposição, e estamos numa Bancada independente. Nós vamos votar com a Cidade naquilo que for bom para a Cidade, e não votaremos naquilo com que não concordamos. Em relação aos projetos bons do Executivo, nós vamos ajudar o Executivo; em relação aos projetos que entendemos que não sejam adequados ou que não sejam para o momento, nós vamos votar dessa maneira. Por isso eu queria reafirmar, para que não paire nenhuma dúvida: a Bancada do PMDB continua igual ao primeiro dia do exercício de 2017, é uma decisão tomada pela Bancada e pelo Partido, optamos pela independência. Independência quer dizer independência, ajudar quando se deve, quando se entende que pode votar, que deva votar para a Cidade, sempre no sentido de contribuir com o bem-estar da população de Porto Alegre.

Na reunião feita no Paço Municipal, junto com o Simpa, com vários Vereadores, a nossa Bancada foi bem representada pelo Ver. Carús, pela Ver.^a Nádia e pelo Ver. Mendes Ribeiro; o Ver. Valter está viajando, não estava lá, eu também não estava. Mesmo não estando, ouvi as notícias e achei que a Câmara de Vereadores teve uma vitória importante quando ajudou a construir, através de pressão ou não, uma saída para os servidores. Foi a maior reivindicação dos servidores em todos os gabinetes – no meu, pelo menos, recebi muitos servidores. E a preocupação foi com a RDE, e a sinalização do Paço foi de resolver esse assunto. Espero que essa sinalização ajude os servidores a

tomar uma posição de voltar ao trabalho, a Cidade precisa. Os Vereadores fizeram o possível e conseguiram a maior vitória que poderia ser não só para os servidores, acho que também para o Município, para dar tranquilidade. Quero cumprimentar o Executivo por essa sensibilidade e cumprimentar os Vereadores que trabalharam nesse sentido, da situação e da oposição. Situação e oposição trabalharam no sentido de terminar com a greve sem haver derrotados e vencedores. Acho que isso é o importante para a Cidade, acho que isso é importante para a Câmara de Vereadores, acho que isso é importante para a população de Porto Alegre, que precisa dos serviços essenciais, mesmo estando garantidos por uma decisão judicial, parece que é liminar ainda, Ver.^a Sofia, mas vamos aguardar a decisão, o que o Judiciário decidir, acho que tanto um lado quanto o outro deverá acatar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Cassio Trogildo, colegas Vereadores e Vereadoras, público que acompanha a nossa Sessão no dia de hoje. Queria, em nome da bancada do PT – Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Marcelo, Ver. Adeli –, me pronunciar sobre essa luta incansável dos servidores públicos em relação ao corte das suas conquistas, dos seus direitos conquistados ao longo dos anos. Saúdo aqui o sempre Vereador Mota, que nos visita, seja bem-vindo. Nós entendemos que o Prefeito Municipal Marchezan poderia ter avançado muito mais na proposta apresentada ao Simpa, ou aos servidores municipais, porque entendemos que o parcelamento dos salários e o corte de inúmeras conquistas que foram absorvidas ao longo dos anos – seja o triênio, ou o quinquênio, seja a licença-prêmio, seja a RDE, como falou aqui o Ver. Cecchim – são coisas para a vida do servidor. Na grande maioria, os servidores ganham mal, muito mal, e a Dedicação Exclusiva, sim, é para melhorar um pouco o salário, mas ele também se dedica dez horas a mais. A maior parte dos contratos é de 30 horas, e a Dedicação Exclusiva é uma opção que acaba agregando dez horas semanais de trabalho para aumentar o salário, mas, também, para poder servir a população de Porto Alegre, pois o serviço que o Poder Público oferece tem uma enorme importância.

À medida que a população percebe que o servidor público está sendo lesado, está tendo retirado um direito ou uma conquista, ela acaba apoiando o servidor público, como está acontecendo nesta greve. Alguém pode até dizer que os serviços estão sendo precarizados. Na grande maioria sim, mas mais precarizada ainda é a vida do servidor que não terá mais aquela conquista que absorveu ao longo da sua caminhada como servidor público. A bancada do PT se solidariza não só a ele, mas ao movimento. A decisão tomada em assembleia geral ontem, quando percebeu que, inclusive, algumas coisas acordadas na reunião com os Vereadores e o Simpa – eu estava presente e, obviamente, me lembro muito bem – não foram reproduzidas no documento que chegou à assembleia dos servidores municipais... Tem uma liminar dizendo que os dias de greve não serão descontados, e o Prefeito diz que vai ser cumprida a decisão judicial. Ele pode recorrer, ou já recorreu, e pode ganhar, e aí vai concordar em descontar os mais de 22 dias dos servidores. Não se avançou tanto quanto nós precisamos. Os servidores têm outra assembleia na próxima semana. Achamos de extrema importância o Governo Municipal rever a sua posição, perceber que algumas questões são fundamentais e que estão quase sendo votadas aqui na Casa, como, por exemplo, a privatização do DMAE, com a qual não concordamos. Já anunciou claramente que poderá privatizar a Carris, e nós não vamos concordar com a privatização da Carris, até porque nós, da esquerda, meu querido cidadão, temos posição, e todos os Vereadores aqui, independente de qualquer partido, tem que ter posição, tem que ter lado. O Marchezan, por exemplo, se elegeu dizendo que não ia acabar com o OP, mas acabou com OP; disse que não ia aumentar imposto, mas mandou aqui um projeto de lei aumentando o IPTU, que não teve êxito.

Então, cada um no seu lugar, na sua casa, com a sua proposta. Infelizmente, o Prefeito Marchezan decepcionou a grande maioria da sociedade porto-alegrense – decepcionou! – , porque, se formos fazer agora uma pesquisa sobre os índices de aceitação do seu Governo, tenho certeza absoluta de que ultrapassam os 76%, pois alguns já referiram aqui. Vamos à luta! E tenho certeza absoluta de que os servidores municipais ainda serão vencedores dessa caminhada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Porto Alegre concedeu uma área pública de maneira irregular. E eu estou aqui para falar sobre algo que eu e minha equipe, no gabinete, começamos a estudar, e tive o apoio de outros nove Vereadores, para hoje, pela manhã, informar o Prefeito sobre três irregularidades que existem referentes ao Memorial Carlos Prestes, área que foi cedida para a FGF e que teve o memorial como a sua contrapartida. Apoiaram essa informação ao Executivo, entregue ao Prefeito Marchezan e ao Vice-Prefeito Paim, que será também protocolado na Prefeitura para oficializar isso. Além deste Vereador, também Ver. Ricardo Gomes, Ver.^a Mônica Leal, Ver. João Carlos Nedel, Ver. Moisés Maluco do Bem, Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Professor Wambert, Ver. Mendes Ribeiro e Ver. Valter Nagelstein. São três irregularidades, e peço que a Câmara de Vereadores atente para isso.

No projeto de lei votado em 1990, então Governo do Prefeito Olívio Dutra, constava – seu decreto reforça isso – que, a partir do momento que a área fosse destinada para a FGF e fosse constituído, portanto, o Memorial Carlos Prestes, se precisava constituir uma comissão gestora e uma comissão fiscal. A comissão gestora deveria ser formada por um representante e um suplente do gabinete do Prefeito, um representante e um suplente da Secretaria Municipal de Obras e Viação, um representante e um suplente da Secretaria Municipal de Obras e Viação; um representante e um suplente da Secretaria de Planejamento Municipal e – pasmem – um representante e um suplente indicado pelos militantes da corrente política do homenageado. Além disso, a comissão fiscal deveria ser formada por um representante e um suplente da Prefeitura; um representante e um suplente da CUT; um representante e um suplente da Associação de Moradores de Porto Alegre, além de um representante e um suplente da Câmara de Vereadores. Pelo decreto, ambas comissões deveriam adotar um regimento interno que disciplinaria seu funcionamento.

De 1990, passando pela cessão da área em 2009, para cá, em nenhuma das comissões encontramos nenhum documento que mostrasse que essas comissões foram efetivamente formadas, que tiveram registros inscritos, portanto aponta-se irregularidade no processo de cessão da área. Além disso, a lei deixa claro que qualquer utilização

daquele terreno para fins diversos que o da lei aprovada implicaria em retomada de posse da Prefeitura daquela área que lhe pertence. Achamos, por meio de fotos, que, em 2011 e 2012, o terreno concedido ao memorial Carlos Prestes foi utilizado para estacionamento cobrado por outras entidades, portanto desviando-se da finalidade pela qual a legislação cedia o terreno. Essas irregularidades – três, portanto – graves, que minam essa regularidade do processo de cessão de uma área pública, patrimônio público de Porto Alegre que poderia ser utilizado para outros fins, colocam um ponto de interrogação sobre qual deveria ser, então, o passo a seguir e como deverá ser contestado.

Entregamos isso em mãos ao Prefeito Marchezan e ao Vice-Prefeito Paim, aos quais, agora, competirá a responsabilidade por dar seguimento. Provavelmente isso será encaminhado à Procuradoria-Geral do Município, e nós, como Vereadores, que devemos fiscalizar o Executivo, estaremos acompanhando, dando todo o suporte necessário para que isso possa ser encaminhado da melhor forma possível, atendendo ao interesse público do cidadão de Porto Alegre e não ao interesse corporativista localizado, tendo uma ideologia nefasta como o comunismo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, colegas Vereadores, quero falar hoje para as pessoas que estão em Casa ouvindo a Rádio Câmara, para todas as pessoas da cidade de Porto Alegre, pessoas que nos assistem através da TVCâmara e de todo o Rio Grande do Sul. Quero dizer que não me surpreendeu a decisão dos municipais de Porto Alegre que lotaram a Casa do Gaúcho. Na minha atividade de dirigente sindical, quando vi que, na reunião se encontrava o Prefeito, pela minha experiência, coloquei em alguns grupos que vi uma luz no fim do túnel. Quando se chega a uma reunião e, pelas pessoas que estão lá, já se sabe se aquela reunião é só para...ou é uma reunião para tomar definições. E eu tive a ilusão de que aquela reunião seria para tomar definições, porque lá estavam a comissão de negociação dos municipais e a pessoa que decide as coisas na cidade de Porto Alegre através do Executivo, que é o Prefeito de Porto Alegre. E o Prefeito queria que as pessoas levassem à assembleia dos municipais uma proposta – e aí eu falo

para senhora e para o senhor que estão em casa e vão acessar a TVCâmara e as redes sociais – para que os servidores abrissem mão do seu salário.

Esta Casa, no início do ano, foi palco de uma grande briga de um setor de trabalhadores da Prefeitura, do pessoal da Fazenda e da Procuradoria, que não queriam abrir mão do teto de R\$ 19 mil! Aí queriam que servidores que trabalham em vários setores da Prefeitura abrissem mão do seu salário, da RDE e RDI, que são regimes de dedicação em que as pessoas recebem para trabalhar exclusivamente para a Prefeitura de Porto Alegre. E a negociação em nenhum momento falava disso, que as pessoas continuariam com seus salários e que esta Casa iria discutir o que, no linguajar sindical, se chama de “bodes” – eu incluo duas coisas pesadas para levar o que eu quero, que eram as gratificações, o triênio e outras coisas. Mas, não, o fato é que querem levar o salário do trabalhador municipal, querem tirar das famílias que se planejaram para comprar a sua casa, que se planejaram para a sua aposentadoria, querem levar 50% desse salário!

E aí o Prefeito, durante muito tempo, falou até para esta Casa aqui que isso era para o futuro, mas não escreveu isso, não está escrito que é para os novos trabalhadores. Não fala em mandar uma mensagem retificativa para cá dos seus projetos dizendo que é para os novos trabalhadores. Fala em suspender por 40 dias e que, a partir do dia 2 de dezembro, os projetos estariam aptos a serem votados, dando até prazo para esta Casa, como se nós não tivéssemos autonomia, como se os Vereadores não pudessem pedir vistas, diligências, não pudessem pedir nada sobre os projetos. Eu acho que negociação coletiva é uma coisa séria. Negociar a vida das pessoas...Porque essas pessoas, para o senhor entender, trabalhavam no Município por 20h, 30h e foram convidados a dedicar a sua vida toda para o Município de Porto Alegre, sejam eles com ou sem curso superior. Eles abriram mão de outros empregos, de outros municípios ou até da iniciativa privada para trabalhar em Porto Alegre. Então, não é justo hoje nós quisermos tirar os seus sustentos.

E eu faço uma pergunta que fiz desde o início: como fica a aposentadoria dessas pessoas que contribuíram pelo teto? Porque tem uma lenda urbana que diz que todo o servidor público ganha um baita de um salário. Tem uma parcela muito pequena de servidor público que ganha um bom salário. Agora, a realidade do servidor público é a mesma de todo o trabalhador brasileiro: um salário achatado, um salário que não vem a preencher as necessidades da sua família. E agora querem que esta Casa seja avalista em cortar

50% do salário desses servidores. Eu acho que os servidores não podiam votar pela redução do seu próprio salário. E penso que o Judiciário, novamente, teve de intervir num papel onde a política falhou. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, hoje é um dia muito triste, eu estou trajando luto, estou enlutado porque hoje se relembram os 100 anos do início do maior genocídio da história da humanidade que começou com a revolução russa de 1917. Não é a toa que, numa das aparições à Virgem lá em Fátima, no mesmo ano, aparições que começaram em 13 de maio, a Virgem diria para as videntes que a Rússia ia espalhar seu erro pelo mundo. Que erro, senhores? Uma tragédia, uma carnificina com mais de cem milhões de mortos. O tirano Stalin, a quem estava a serviço Luís Carlos Prestes, é responsável por mais de trinta milhões de pessoas da União Soviética. Mao Tsé-Tung matou mais de setenta milhões. Tinha um canalha que governava o Camboja chamado Pol Pot, que matou onze milhões de semelhantes, e a maioria deles morreu porque se recusavam a viver no campo, já que o comunismo, Ver. Ricardo Gomes, do Camboja, do Khmer Vermelho, era um comunismo campesino, igual ao comunismo chinês, e as pessoas eram executadas porque não queriam viver no campo.

Então, senhores, hoje não há o que comemorar, Ver. Cecchim, hoje é um dia de muita tristeza, Comandante Nádia, porque nós lamentamos que a vida humana seja considerada um nada, um mero numero estatístico. O meu luto hoje não tem só a conotação ideológica, que é inegável, o meu luto hoje tem uma luta humanitária, de pessoas que não tiveram o direito de viver porque discordavam, pessoas que não tiveram o direito de continuar nesse mundo porque sua ideologia, ou seja, sua visão de mundo ou profissão era em desagrado àqueles detentores do poder do Estado. Hoje é um dia, Ver. Camozzato, muito triste na história da humanidade. Hoje foi o dia do começo da maior barbárie que o mundo conheceu, uma barbárie incomparável, sem nenhum precedente na história da humanidade. O nazifascismo – às vezes, no debate político chulo, quando se

quer insultar alguém, se usa o termo nazista, fascista – não matou um terço do que o comunismo, do que o marxismo mataram na história humana. Então fica aqui o nosso pesar, o nosso luto, a nossa prece e a nossa dor por milhões de pessoas que foram assassinadas pela maior e mais eficiente máquina de matar que a cultura humana já conseguiu produzir. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Agradeço aqui, Ver.^a Fernanda, Vereadores Alex, Robaina, Oliboni, Adeli e Sgarbossa, por poder falar em nome da oposição, em Liderança. Nós queremos tratar do que, de fato, hoje tem importância e tem gravidade na cidade de Porto Alegre, que é a greve do conjunto dos municipais, greve que já dura 20 dias, quase um mês, e da necessidade urgente, emergente e aguda de encontrarmos uma saída para esse impasse. Ontem, contra a própria vontade, a categoria municipal, que apostou muito na reunião de negociação, construída por intermediação desta Casa, apostou em massa – Ver. Janta, que aqui chamou atenção para o confisco salarial –, estavam em milhares e milhares de pessoas, desde as 14h até as 19h30min na frente da Prefeitura, acompanharam a reunião, tinham uma grande expectativa, mas de alguma maneira isso foi frustrado, porque acabou recebendo, por escrito, apenas, quase na hora da assembleia, o que o Prefeito indicou na reunião que 16 Vereadores e Vereadoras acompanharam.

Também quero ponderar isso como muito importante e representativo do esforço que esta Câmara faz, Vereadores e Vereadoras, para superar este impasse, que contrasta muito com a postura do Executivo. Foi apenas a segunda reunião de negociação durante 20 dias de greve. Apenas a segunda reunião! E, se há algo que dá para afirmar, é que não é a categoria que é intransigente, porque a categoria decidiu ontem manter a greve porque não entende que de fato se tenha aberto uma real negociação; não entende e não aceita que os projetos permaneçam como estão e que lá perto do Natal se vá para uma decisão nesta Câmara. A categoria aprovou a continuidade da greve, mas indicou que aceita e quer negociação. Recebi, como todos vocês aqui, o ofício do Sindicato dos Municipais,

em nome da decisão da categoria, e aqui neste ofício claramente o Simpa pede a imediata instalação do grupo de trabalho com a comissão de negociação: Simpa e comissão de negociação da Prefeitura, para trabalhar alternativas aos projetos que foram apresentados nesta Casa, garantindo direitos e também fazendo atualizações que se construirão consensuais. E este prazo é bastante razoável. Por quê? Porque, mesmo uma única alteração como a proposta que está aventada de todos terem 40 horas, tem que ter estudos muito cuidadosos, minuciosos, porque esta implicação para cada cargo é diferenciada; tem que ver o salário que fica, tem que ver como implica na carreira, como implica no cotidiano de trabalho, que é diferente para constituir os quadros de escola do que para constituir os plantões na saúde, por exemplo. E isso não se faz em 20 dias, em 10 dias, nós sabemos. Por quê? Porque o Plano de Cargos e Salários em relação ao efeito cascata levou um ano para ser elaborado e construído pelos mais experientes e conhecedores do tema da Prefeitura de Porto Alegre.

Portanto, é muito razoável o que o Simpa diz, o que a categoria em greve diz: “Nós aceitamos a mesa de negociação. Nós queremos de imediato esta mesa de negociação, nós queremos construir com o Prefeito alternativas de fato dialogadas”. Diálogo que até hoje não aconteceu. O Simpa também pede uma imediata reunião de negociação, uma nova reunião, Ver. Luciano, Ver. Moisés. O Sindicato, a categoria, não está intransigente, quer dialogar. Não aceita é espada no pescoço, não aceita uma lógica que olhe só para um lado, só para retirada de salário, retirada de carreira, quer que a Prefeitura discuta com ela os destinos da Cidade, o que não fez até hoje.

Quero encerrar dizendo que nós deixamos muito claro na reunião de negociação que, se não houve avanço em medidas – o Prefeito entendia que recuperaria recursos, seja no teto, seja no IPTU –, foi por absoluta falta de diálogo do Prefeito com a Cidade e por desprezo do diálogo, da contribuição do funcionalismo para as soluções para a Cidade, porque foi isso que aconteceu durante todo esse ano. Senão, por que essa intervenção absurda na educação? E até hoje não sabemos qual é o projeto de educação que este Governo traz para colocar no lugar, pelo jeito como atuou, de forma autoritária e desorganizadora do ano letivo. Portanto fica o recado e fica o apelo; o recado ao Prefeito: dialogue de verdade, dialogue de forma sistemática, dialogue de forma respeitosa e conseguirá sucesso. E à nossa Casa, de novo, a responsabilidade de retomarmos imediatamente medidas para que esse impasse seja superado, em nome de uma cidade

que não perca direitos, em nome de uma cidade que comece a andar, porque os prejuízos econômicos estão colocados aí para todos, não só para o funcionalismo. Esta Casa, tenho certeza, sim, estará à altura das necessidades desta Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Presidente, Ver. Cassio Trogildo; colegas Vereadores, Vereadoras, cidadãos e cidadãs das galerias, o Governo Marchezan, na reunião que foi construída em conjunto com os Vereadores, recebeu, nesta semana, representantes dos municípios, com a presença da Diretoria do Simpa, de forma muito madura e responsável, como vem ocorrendo desde o início da gestão, tratou dos temas que são cruciais, para que possamos fazer com que, acima tudo, o bem comum prevaleça. Os pontos mais nevrálgicos dessa interação, que ocorreu numa concertação de Vereadores, municípios e Governo, foram, exaustivamente, intensamente detalhadamente esclarecidos na reunião.

A questão da redução salarial, que não vai ocorrer, a questão da RDE, que receberá uma redação muito mais clara sobre o assunto, para que os municípios que já estão há mais de dois anos no exercício não perca – pois não podem perder – essa gratificação. Sobre a questão do processo das 40 horas, no futuro o Governo vai encaminhar para a Câmara projeto construído com os municípios. Inclusive o Prefeito colocou um prazo, só para dezembro, como sugestão, para que todos os projetos, inclusive o do DMAE, sejam debatidos, através de um grupo de trabalho, formado pelos municípios, Vereadores e Governo. Ou seja, são todas aquelas questões que angustiam os municípios. E nós temos sensibilidade em relação a elas. Nós estamos tratando de uma maneira muito responsável, para que fiquem tranquilos e para que possamos sentar à mesa e construir as alternativas, e temos certeza de é o que também a categoria dos municípios deseja.

Eu vou tentar, rapidamente, ler a nota aqui, no pouco tempo que tenho. O Prefeito encaminhou para nós Vereadores e para a direção do Simpa a proposta antes da Assembleia. Tem quatro pontos na nota. O primeiro é a não votação dos projetos atinentes à despesa de pessoal: 10/2017, 07/2017, 08/2017 e DMAE, 11/2017, objeto de

reunião realizada pelo prazo de 40 dias, emitindo-se os procedimentos e trâmites necessários para que estejam aptos a serem votados somente após o dia 2 de dezembro do corrente ano. Durante a tramitação serão organizados grupos de trabalho com a Secretaria da Fazenda, Secretaria de Planejamento e Procuradoria-Geral do Município para discussão dos projetos. Ponto dois: avaliar em conjunto com o Simpa a apresentação de proposta de alteração na Lei Orgânica Municipal para possibilitar o exercício da carga horária de 40 horas semanais no serviço público municipal, com o estabelecimento de grupo de trabalho para debater sobre a transição entre o regime atual do exercício máximo de 30 horas semanais e sua amplitude. Ponto três: encaminhamento de proposta de Mensagem Retificativa ao PLCE nº 011/17, apresentando a supressão do parágrafo segundo do art. 37-A, com posterior redação a ser realizada em conjunto com a Câmara de Vereadores. Ponto quatro: atendimento a disposições legais e das decisões com trânsito em julgado referente aos dias paralisados no movimento grevista.

Isso é o que foi proposto para a assembleia, Presidente, e o Simpa recebeu. O Simpa já deu um retorno para o Governo de pontos que precisam ser melhor esclarecidos. Esses pontos serão esclarecidos, e esperamos com isso garantir o desejo que foi construído por todos na Prefeitura, que possamos começar as reuniões de trabalho para, se necessário, aperfeiçoar os projetos que vão ser votados, se possível, em dezembro deste ano. Fico muito feliz mesmo em ver os municipais com o Governo, os Vereadores mediando essa grande construção que vai fazer com que nossa Cidade, finalmente e cada vez mais, cresça, visando ao desenvolvimento com justiça social. Obrigado, Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde. O Líder do Governo na Câmara fez uma intervenção dizendo que foi feita uma grande construção. Pois não foi feita nenhuma grande construção. Primeiro, precisa ser dito que os servidores municipais que estão em breve reivindicam a retirada dos projetos. E o Governo Marchezan se negou a retirar os projetos. A ideia de votar daqui a 40 dias é uma ideia pensada pelo Governo com a intenção de aprovar os seus projetos. O Governo não colocou para votar imediatamente,

porque o Governo não tem a maioria para que seus projetos sejam aprovados. Então, o Governo é que está provocando a paralisação; é o Governo que está provocando uma greve, que já vai para o 20º dia; apenas no 18º dia o Prefeito Marchezan participou de uma negociação.

Eu escutei inúmeras vezes o Vice-Prefeito Paim dizer que eles conversavam muito com os municipais, contavam o número de reuniões, o número de horas. Quase que impressionado com a sua própria capacidade de trabalho, dizia que, em quatro dias, havia se reunido, durante seis horas, com os trabalhadores municipais. O que o Vice-Prefeito faria, quando nós temos uma greve, uma greve forte dos servidores? É a obrigação mínima do Prefeito reunir.

O problema é que o Governo, na verdade, não traz nenhuma proposta que mostre uma intenção real de fazer com que o serviço público da Cidade seja valorizado. Depois de quase 20 dias, o Governo reconhece que tem que fazer uma Mensagem Retificativa, portanto depois de quase 20 dias o governo reconhece que errou num dos seus projetos mais importantes, um projeto que, aliás, reduz em 50% praticamente os salários dos servidores públicos. Imagina se esse projeto seria aprovado aqui na Câmara! Não seria até porque atinge cargos de confiança dos próprios Vereadores. Então, o Governo está não mudou a sua estratégia. É uma estratégia que o Governo Marchezan vem perseguindo desde o início do ano, que é a estratégia de derrotar os servidores públicos. Derrotar os servidores públicos como parte de um modelo geral que é de redução dos direitos da classe trabalhadora, de arrocho salarial, de piora das condições de trabalho do conjunto da classe trabalhadora. Como parte desse ataque, entram também os servidores públicos. E significa uma redução da qualidade dos serviços prestados à população, e é isso que nós temos visto. Nós temos visto que, depois de prometer que mudaria tudo, que faria um grande Governo, que melhoraria a vida das pessoas, depois de dez meses, as condições da Cidade estão se deteriorando. Então, o Governo precisa encarar seriamente uma negociação com os servidores. Este é o apelo: que o Governo, de fato, faça uma negociação. Os servidores estão dispostos a terminar a greve se tiver uma negociação de verdade, e é esse o apelo que tem sido feito. Pois bem, esse, para nós, é o ponto essencial para a cidade de Porto Alegre parar de piorar, como vem ocorrendo hoje.

Por último, eu só quero aproveitar a intervenção do Ver. Wambert para dizer a ele que, de fato, nós estamos no mês de homenagem à Revolução Russa, e o stalinismo foi uma

máquina burocrática que provocou a destruição de inúmeras vidas, mas é preciso levar em conta que o ditador Stalin teve uma colaboração e uma relação muito estreita com os grandes chefes capitalistas do mundo.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ROBERTO ROBAINA: Nós sabemos que no Brasil hoje existe, pela primeira vez, uma extrema direita que tenta se organizar – estão inclusive presentes hoje na Câmara dos Vereadores –, uma extrema direita que não se cansa de apoiar o Marchezan, o Governo Estadual e, sobretudo, o Presidente Temer. Num mês como este vale muito a pena, sim, dizer: viva a Revolução Russa! Viva a Revolução Russa, que foi uma experiência que deixou aqueles que defendem os grandes capitalistas, deixou esses setores assustados. Nós estamos, afinal de contas, num País onde seis pessoas – esse é o capitalismo – detêm a riqueza de 100 milhões de pessoas! Num País onde seis pessoas detêm a riqueza de 100 milhões de pessoas é evidente que a ideia da Revolução Russa é bem-vinda, e é esse o temor que os setores de extrema direita têm: que os trabalhadores brasileiros despertem para essa ideia e liquidem aqueles que representam os seus interesses. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RICARDO GOMES: Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu subi à tribuna para esclarecer alguns aspectos. Em primeiro lugar, embora a oposição queira fazer parecer o contrário, nós recebemos a informação de que o Poder Executivo Municipal, através do Vice-Prefeito e dos Secretários, realizou, este ano, nada mais, nada menos do que 27 reuniões com representantes do Simpa, de diferentes órgãos da Prefeitura. Esses que pedem negociação, negociação e negociação foram os primeiros que, quando apresentada pelo Executivo Municipal uma proposta, correram para atacar a proposta, para manter a greve. Por quê? Porque quem fatura com a greve são os partidos políticos de oposição, que a incitam; quem paga a conta da greve são os cidadãos porto-

alegrenses. Ao contrário de uma greve no setor privado, em que os trabalhadores param e prejudicam o seu empregador porque o cliente vai comprar na concorrência, aqui não há concorrência. Aqui, o cliente, que é o cidadão de Porto Alegre, é feito refém pelos grevistas, é tornado refém do movimento grevista para pressionar a Prefeitura. Querem retirar desta Casa projetos que dizem sobre a carreira do servidor, que é paga por 1,5 milhão de porto-alegrenses; querem que a conta, que é de R\$ 1,5 milhão, seja discutida apenas com os 26 mil municipais, e não com 1,5 milhão de pessoas.

Uma saudação, um elogio eu gostaria de fazer ao Simpa. O Simpa merece um elogio porque, na sua carta enviada a esta Câmara Municipal no dia de hoje, reconhece, finalmente, que o projeto do DMAE, que tramita, é um projeto de parceria público-privada, e não uma falsidade, como se vê nas camisas e nos cartazes, que dizem ser um projeto de privatização. Infelizmente, lamentavelmente, esse não é um projeto de privatização – eu gostaria que fosse, mas não é –, e V. Sas. usam nas camisas e nos cartazes para falsear perante a opinião pública o conteúdo do projeto, fazem cartazes para que a opinião pública pense que é um projeto de privatização. Mas, por escrito, reconhecem que é PPP e sabem bem a diferença.

Por fim, Roberto Robaina, a história do comunismo é uma história de morte, de miséria, de expropriação, de escravidão nos campos de concentração da Sibéria. É a história do fim da democracia através da implementação de partido único. É a história da cessação da liberdade, da opressão e da submissão de toda política dos interesses de um partido. Essa é a história do comunismo, e é essa história que nós não queremos ver perenizada num memorial para onde os professores levarão os alunos de Porto Alegre para aprender a louvar assassinos. Já não bastam as camisetas de Che Guevara que os senhores espalham pelo mundo louvando um homicida, querem também um espaço público de Porto Alegre para louvar outro. Basta de amor ao homicídio, ao ódio, à expropriação da propriedade e a todos os terrores que o comunismo trouxe ao mundo.

Por sinal, falando em ditadores, vi hoje na Zero Hora uma reportagem que mencionava um antigo zoológico no Menino Deus. Antes de se chamar Av. Getúlio Vargas, a avenida se chamava Av. 13 de Maio e homenageava a libertação dos escravos. Apenas para registrar, porque o projeto que está em discussão hoje...

(Manifestação nas galerias. Inaudível.)

O SR. RICARDO GOMES: Se V. Sa. fizer votos, pode descer aqui e falar também. De novo, a história do comunismo é de genocídio e não merece as visitas e a louvação das crianças de Porto Alegre. Obrigado
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (15h13min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Sr. Tarciso Flecha Negra (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação para que possamos, imediatamente, discutir e votar o PLL nº 051/17, PLL nº 272/16, PLL nº 086/17, PLL nº 258/17, PR nº 033/17 e PLL nº 091/17 e a votação do Requerimento nº 190/17. Após retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. José Freitas (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada da priorização de votação da Ordem do dia de hoje o PLL nº 156/16.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Cassiá Carpes (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação para que possamos, logo após a discussão e votação PLL nº 051/17, PLL nº 272/16, PLL nº 086/17, PLL nº 258/17, PR nº 033/17 e PLL nº 091/17 e a votação do Requerimento nº 190/17, votar o Requerimento nº 165/16. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Professor Wambert (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação para que possamos, logo após a discussão e votação PLL nº 051/17, PLL nº 272/16, PLL nº 086/17, PLL nº 258/17, PR nº 033/17 e PLL nº 091/17 e a votação dos Requerimentos nº 190/17 e nº 165/16, discutir e votar o PLCL nº 006/17. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Márcio Bins Ely, o Requerimento de autoria do Ver. Professor Wambert . (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 13 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Luciano Marcantônio e do Líder do PTB, Ver. Paulo Brum, ao PLCE nº 004/16.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Luciano Marcantônio e do Líder do PTB, Ver. Paulo Brum, solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCE nº 004/16 à apreciação das Comissões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Luciano Marcantônio (Requerimento): Sr. Presidente, a pedido do Ver. Paulo Brum, Líder da bancada do PTB, solicito a alteração da ordem da priorização de votação para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 051/17, PLL nº 272/16, PLL nº 086/17, PLL nº 258/17, PR nº 033/17 e PLL nº 091/17, a votação dos Requerimentos nº 190/17 e nº 165/16 e a discussão e votação o PLCL nº 006/17, discutir e votar o PLL nº 096/17. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Paulo Brum. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 051/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLL nº 051/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** 30 votos **SIM**.

O Sr. Tarciso Flecha Negra (Requerimento): Sr. Presidente, solicito alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 272/16, PLL nº 086/17, PLL nº 258/17, PR nº 033/17 e PLL nº 091/17, a votação dos Requerimentos nº 190/17 e nº 165/16 e a discussão e votação do PLCL nº 006/17 e do PLL nº 096/17, discutir e votar o PLCL nº 006/17. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLL nº 272/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**.

Em discussão o PLL nº 086/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 33 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 258/17. (Pausa.) Não a quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 31 votos **SIM**.

Em discussão o PR nº 033/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLL nº 091/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 091/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 31 votos **SIM**.

Registro a presença do ex-Presidente desta Casa, João Motta, seja sempre muito bem-vindo.

Em votação o Requerimento nº 190/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o Requerimento nº 165/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Aprego a Emenda nº 01, de autoria da bancada do PP, ao PLCL nº 006/17.

Em discussão o PLCL nº 006/17. (Pausa.) O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/17.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, uma cidade cosmopolita como Porto Alegre, uma cidade plural, uma cidade rica em diversidade não pode pagar esse recibo de atraso para o mundo, esse recibo de alguém que olha para um retrovisor mas não vê boas lembranças, ao contrário, vê uma tragédia humana que é um memorial que homenageia a doutrina mais covarde, sanguinária, totalitária, carniceira e assassina que a humanidade já conheceu, que é um monumento ao comunismo que trata aqui deste projeto, incorporado na figura de Luís Carlos Prestes, um cidadão que, como nós sabemos, não tem uma única virtude, uma única contribuição para a sociedade brasileira, para a evolução das ideias e da história da política do Brasil. Para quem não sabe e quem exalta Luís Carlos Prestes, Luís Carlos Prestes é aquele mesmo que mandou matar a menina Elza com um tiro na cabeça, Ver. Brum, e depois mandou dobrar o corpo dela, uma companheira de partido, uma menina de 16 anos de idade. Ele foi condenado por isso. O mesmo Luís Carlos Prestes que fez a Coluna Prestes, que foi um rastro de estupro, de violência, de saque, e que, mesmo com um treinamento militar, arregou para Lampião. Esse é o herói que está sendo homenageado em Porto Alegre. Um covarde! Um covarde de quinta categoria, capaz de matar crianças de 16 anos, mas que arregou para Lampião, que foi derrotado por uma volante maltreinada lá da polícia de Alagoas. Mas o grande estrategista Luís Carlos Prestes fugiu de Lampião. Esse mesmo Luís Carlos Prestes, que foi um sabujo de Stalin, um dos maiores assassinos, um cara que mandou matar Trotsky lá no México, um cara que é responsável pela morte de quase 40 milhões de pessoas, que matou uma multidão de fome na Ucrânia. Então, Luís Carlos Prestes estava a serviço desse homem, estava a serviço de uma potência estrangeira. Luís Carlos Prestes trouxe para o Brasil uma espiã soviética, infiltrou uma espiã dentro da sociedade brasileira. O Luís Carlos Prestes, senhores, flertou, serviu ao totalitarismo e, numa de suas falas, disse que, numa guerra entre o Brasil e a União Soviética, ficaria ao lado da União Soviética. Este é o Luís Carlos Prestes que está sendo pretexto naquele monumento para se homenagear uma ideologia, nas palavras dos próprios curadores do monumento, que afirmam que é uma homenagem

ao comunismo, tanto que, Ver. Ricardo Gomes, no Decreto de Olívio Dutra, o Decreto nº 292, está dizendo que tem que constituir uma comissão gestora e uma comissão fiscal e pasmem: esta comissão – está lá no decreto –, na alínea b diz assim: “representantes indicados pela corrente ideológica do homenageado”. Este é o nível de chinelagem política vulgar que o PT sempre tentou instaurar no Brasil. Vejam só, gente! Eu gosto de repetir a Hannah Arendt, que chama isso de ralé. Não tem nenhum sentido social a expressão dela. Ralé moral. Gente que não tem nenhum apego às instituições, gente que quer se apropriar do Estado para implantar a sua visão de mundo goela abaixo, à força! Quem não lembra quando Olívio Dutra assumiu o Estado do Rio Grande do Sul e a Brigada, Ver.^a Comandante Nádia, atendia como Governo Democrático e Popular, e que o Estado do Rio Grande do Sul, a Polícia do Rio Grande do Sul, quase foi transformada numa Gestapo? No Governo Lula, quando o Tarso Genro foi Ministro da Justiça e mandou devolver dois cubanos para Cuba para a escravidão! Homens que foram punidos lá em Cuba, graças ao Tarso Genro! (Palmas.) Esse é o PT! E coloca lá no decreto que tem que ter representantes da ideologia deste Luís Carlos Prestes neste memorial. Então encaminho, obviamente, o voto a favor do projeto e, mais adiante, encaminharei o voto a favor da emenda da bancada do PT! Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadora e Srs. Vereadores, eu quero ser aqui apenas coerente, Ver. Ricardo Gomes e Ver. Professor Wambert, que estão me ouvindo. Eu quero pedir ao PT e ao PSOL que sejam coerentes, porque, se mudaram o nome da Av. Castelo Branco para Legalidade, o que eles têm contra mudar o nome de um bandido, assassino? (Palmas.) Então eu quero fazer este pedido: a esquerda tem que ser coerente, porque, senão, vão se desmoralizar aqui! Este País já foi governado por essa turma, este Estado já foi governado por essa turma e este Município já foi governado por essa turma e deu no que deu – e deu no que deu! Eu não vou votar a favor de um bandido. Nunca! (Palmas.) Eu não vou votar na turma do Battisti, que ainda está comendo à custa do povo brasileiro. O Battisti, esse italiano que matou um monte de gente lá na

Itália e veio se esconder aqui embaixo das asas do Tarso Genro. Você disse muito bem Wambert. Veio nas asas do Tarso Genro, essa é a dívida do Tarso.

(Manifestações das galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Ele estava fugindo com dinheiro na cueca, isso é verdade, igualzinho ao outro lá. Então, eu queria só isso. só pedir coerência para a minha turma que não gosta de comunista. E eu não tenho nenhum problema em falar nisso, eu não gosto do comunismo, o que não deu certo em lugar nenhum do mundo. Eu não vou homenagear, seja ele o Prestes, seja ele o Battisti, qualquer um desta laia. Não gosto e não voto. Então, só vim a esta tribuna para pedir coerência, para quem deve ser coerente, que é a bancada de esquerda. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/17

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras e a todos os que nos assistem; todas sabem da minha luta pela construção do museu da cultura do povo negro. A instalação do museu foi aprovada em 2010, aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. E a lei prevê que o Município destine um terreno para a sua construção. Esse museu do negro não é um museu meu, mas um museu do negro de Porto Alegre, sobre o qual conversamos com muitas lideranças. Onde está, no projeto, a construção deste museu. Nós, negros, cansamos de esmolas, chega de esmola. Nós queremos os nossos direitos! O meu projeto cita alguns lugares: Largo Zumbi dos Palmares, que é digno do museu do negro; Redenção, onde houve a alforria dos negros.

Eu achei que o colega Ver. Wambert ia dizer da emenda que fez, que retira o museu do negro, que já está no projeto onde deve ser. Nós não queremos julgar, quem sou eu para vir aqui julgar alguém? Agora, Ver. Sgarbossa, nós, que lutamos, tivemos a maioria total de votos aqui na Câmara e foi sancionado pelo nosso Prefeito Fortunati, queremos uma coisa digna, pois nós cansamos de injustiça e desigualdade. O colega pega o meu

museu, coloca o nome e vai para o jornal, e depois quem tem que responder para as lideranças sou eu, porque o projeto é um projeto do Tarciso Flecha Negra, mas esse projeto é do povo negro, da raça negra de Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. (Palmas.) A história do negro aqui é uma história linda, basta pegar os livros e ler. Então, não é mais nada do que justo ter um museu sem empréstimo de nome, ter o Museu do Negro em Porto Alegre, que vai contar a história linda deste povo que também ajudou a construir este Estado. Era isso, Presidente, peço aos colegas que pensem bem, pois se não tivesse essa emenda retirando o nome “povo negro”... Sou contra esse projeto! Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que estão conosco na tarde de hoje, eu não sou comunista e nem gosto tanto do comunismo, não, não gosto. Agora, não gosto de ver, neste País, seis pessoas – não gosto de saber isso - com mais dinheiro do que 100 milhões de brasileiros, alguém que me disser que gosta disso, respeito, mas discordo frontalmente. Se tivermos que mudar de um lado, também precisamos mudar, radicalmente e prontamente, do outro lado. Eu sei das boas intenções do querido Ver. Wambert.

Agora, eu gostaria de registrar que o processo que criou este Memorial foi da autoria do nosso Ver. Vieira da Cunha, entre as décadas de 1990, 1991, 1992, por aí. E eu estava aqui, já estava aqui. E comigo também estava o Ver. Pujol. E, na época, o projeto foi votado com apenas três votos contrários – somente três! Portanto, eu acredito, Ver. Wambert, que nós precisamos reavaliar essa questão do projeto e compreender que foi uma posição que se discutiu lá no passado que, depois de décadas, se encaminhou, sem recurso público, foi a contrapartida da obra da Federação Gaúcha, e a homenagem ao assassino, que eu compreendo e respeito. O que tem de assassino homenageado hoje é de assustar, a começar pelos homens do presidente da sua volta, que estão matando milhões de brasileiros de fome e guardando dentro de casa R\$ 51 milhões em moedinhas. Uma vergonha nacional são esses assassinos! E eu não entro no discurso da ideia de

assassino, não ao comunismo, não. Eu só apelo para o seguinte: foi definido pela Câmara um projeto apresentando pelo Ver. Vieira da Cunham na década de 1990. Preservemos essa memória desses Vereadores que estiveram conosco há quase 30 anos. Aquele abraço, e eu vou votar contra o projeto. Obrigado
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/17.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, cidadãos e cidadãs de Porto Alegre, bem colocado e bem lembrado pelo Ver. Aírto Ferronato que nós temos aquele espaço que era público, sim, concedido legal e justamente por colegas Vereadores da década de 1990, capitaneado pelo então Vereador pedetista Vieira da Cunha, foi feita uma parceria entre instituições, não teve incidência do Prefeito, dos Vereadores, verbas públicas nessa parceria entre duas instituições: a Federação Gaúcha e aqueles que construíram, se mobilizaram, organizaram, e teve a participação do Niemeyer e de tantas outras pessoas a construção desse Memorial. Um memorial, para quem não sabe, não abriga apenas a história de quem lhe dá o nome; ele pode – e deve, inclusive – congrega outros elementos da história do nosso País, especialmente da história recente. Eu quero fazer coro também ao Ver. Flecha, porque é preciso lembrar aqui o primeiro advogado negro deste País, Luís Gama, que teve uma grande contribuição para a história da negritude, do combate ao racismo e do combate à intolerância. Quem foi assassino neste País, por exemplo, foi aquele que matou o sargento das mãos amarradas; esse, sim, foi assassino. Nós tivemos guerras. A Revolução Farroupilha, por exemplo, matou muita gente, havia um confronto; mas assassinos foram os que mataram os negros em porongos – esses, sim, são assassinos! Nós sabemos dos assassinatos da SS, nazifascistas, nazistas; nós nunca defendemos, como o Ver. Robaina já colocou aqui, as posições do estalinismo, nem defendemos os erros de qualquer regime. Nós buscamos, hoje, mais do que nunca, no Brasil, a tolerância, a solidariedade, a compreensão. Sistemáticamente, nós lembramos aqui o grande filósofo alemão Immanuel Kant, que disse – é bom sempre lembrar nos dias de hoje – da dignidade da pessoa humana. O ser humano tem que ser respeitado pelo

simples fato de ser um ser humano. É isso o que nós estamos discutindo hoje, é disso que nós estamos tratando.

Nós temos muitas formas de resgatar a história do povo negro, dos povos tradicionais, dos índios. No caso, inclusive, dos primeiros imigrantes que vieram para cá, os pomeranos – um povo tradicional do qual me orgulha fazer parte –, que foram enxotados da Europa, foram massacrados na Europa e, aqui, construíram um novo continente, com negros, com pardos, com índios. Essa miscigenação que nós temos, assim como as visões político-partidárias, ideológicas, filosóficas e, às vezes, antagônicas, não podem nos levar a um confronto sem fronteiras. Por isso, que continue o Memorial Prestes a ser o Memorial Prestes e que a gente construa juntos todos os memoriais que sejam necessários e justos a serem construídos. Esse é o nosso voto, essa é a nossa diretriz. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/17.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde. Ver. Cecchim, os italianos, quando vieram para o Brasil, cumpriram um papel muito importante. Infelizmente, nesse caso, o Ver. Cecchim não compartilhou dessa ideologia que nutriu a capacidade de trabalho dos primeiros italianos que vieram para cá e que foram muito ativos no movimento anarquista e comunista no início do século XX, o que foi fundamental para impulsionar as lutas operárias, dos trabalhadores que depois garantiram uma série de direitos trabalhistas. Esses direitos foram conquistados no Brasil a partir de muitas mobilizações operárias. E a migração italiana cumpriu um papel relevante.

O Partido Comunista no Brasil, e o Prestes foi parte da sua construção a partir dos anos 1930, já quando havia mudado a orientação do partido, e a orientação do PC no Brasil estava mais ligada às orientações do Governo soviético. A formação que temos não acompanhou as posições dos PCs a partir desse período, porque eles passaram a adotar uma linha aos interesses do que nós denominamos como a burocracia do Kremlin. Mas isso não tirou dos militantes do Partido Comunista uma grande abnegação, o heroísmo que eles demonstraram ao longo das décadas, inclusive combatendo ditadura que servia aos interesses dos grandes capitalistas, o que predomina no Brasil, tanto que nós temos

hoje, como muito bem lembrou o Ver. Ferronato, um quadro onde seis grandes capitalistas detêm a riqueza superior a 100 milhões de pessoas. Esse é o Brasil. Um Brasil onde a desigualdade tem esse peso.

No início, eu me referia ao Ver. Cecchim, porque ele, que é do PMDB, fez uma intervenção muito furiosa contra a liderança do Prestes. Eu nunca tinha visto o Cecchim fazer uma intervenção tão furiosa! Mas eu não vejo, Ver. Cecchim, que vocês tenham desenvolvido tanta fúria contra o Governo Temer, porque esse é um debate concreto. Acho que esse Museu tem que sair, já foi acertado, votado na Câmara de Vereadores, é uma homenagem justa, mas acho que a Câmara de Vereadores tem que se debruçar, ao contrário dessa extrema-direita que o Wambert representa que quer fazer a pauta da Cidade, a partir desse tipo de debate. Nós queremos que a Câmara de Vereadores ajude a resolver a greve dos municipais, ajude a fazer com que a Cidade tenha um real desenvolvimento e não inverta a pauta e tente fazer uma pauta ideológica e, além do mais, uma ideologia reacionária, uma ideologia a favor do fascismo, uma ideologia a favor da perseguição aos anarquistas, uma ideologia a favor da perseguição aos comunistas, que é a ideologia do novo MDL, é a ideologia dessa gente que antes dizia que era contra a corrupção, mas que, na verdade, foi desmascarada quando seu líder político Aécio Neves demonstrou ser um grande corrupto! Eles, para não falar do Aécio Neves, querem falar do Museu; eles, para não falar do Temer, que é o Presidente que eles apoiaram, que é um corrupto, que está presidindo o Brasil, eles querem falar dos museus! Então, essa turma perdeu a razão! Eles não têm razão, porque eles são uma minoria, defensores de grandes capitalistas!

E eu queria terminar dizendo que o Cecchim deveria apoiar a homenagem ao Prestes até para fazer uma homenagem ao Governador Sartori. Afinal de contas, Cecchim, o Sartori foi do Partido Comunista Brasileiro. O Sartori foi um seguidor do partido dirigido pelo Prestes! Então, em homenagem ao Sartori, o PMDB podia nos acompanhar e votar pela derrubada desse projeto reacionário do Sr. Wambert! Projeto esse que tem um agravante. O Ver. Wambert tentou utilizar a causa negra para crescer o debate público em Porto Alegre. E o Ver. Tarciso Flecha Negra, com a lucidez que demonstra, disse: não utilize a causa negra para defender um projeto reacionário que só beneficia o interesse dos capitalistas e dos fascistas, que parece que o Professor Wambert insiste em ser o

representante na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. Não passarão! Fascistas não passarão...

(Aparte antirregimental do Ver. Professor Wambert.)

O SR. ROBERTO ROBAINA: Em homenagem a Carlos Prestes!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h08min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):(16h12min) Estão reabertos os trabalhos.

Senhores, nos reunimos com os Líderes. Solicito às galerias, todos são muito bem-vindos, sempre, nesta Casa, mas temos um Regimento que será cumprido pelos Vereadores e também nós faremos que a galeria o cumpra. Então, solicito a colaboração de todos que nos visitam porque aqueles que descumprirem o Regimento da Casa e fizerem ataques pessoais aos Vereadores serão convidados a se retirarem. Esta Casa é a casa da democracia, a Casa do Povo de Porto Alegre, recebe sempre com muita cordialidade todos, mas também queremos que o plenário assim se comporte e quem nos visite também tenha o mesmo comportamento.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/17.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Boa tarde, Presidente desta Câmara de Vereadores, Cassio Trogildo; boa tarde colegas, Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste. Fico impressionada, às vezes, que algumas provocações de alguns colegas levam a intento e são levadas a algumas brigas desnecessárias, porque o respeito deve ser base aqui desta Casa e, por óbvio, o Ver. Robaina chamar um colega de fascista, acho que não está na pauta aqui. Contra documentos, fotos, mapas não tem o que se negar. São fatos irrefutáveis, não há fala sem base que possa representar, na realidade, o que aconteceu na Coluna Prestes. Parte dos relatos dos arquivos do General e Ex-Ministro Juarez Távora, o segundo homem na hierarquia da Coluna Prestes, foi aberto ao público pelo

Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas e revelou uma face vergonhosa de muitos ditos bravos cavaleiros dessa Coluna. Em vários lugares onde passaram, soldados da Coluna, sargentos e oficiais espalharam terror entre a população, praticando saques e violências dignas de um bando de salteadores. Com 28 mil cartas, manuscritos, mapas e fotos, os arquivos abrangem mais de 60 anos da vida de Távora. É um conjunto de documentos que retrata o cotidiano desta triste Coluna Prestes e que tem muita riqueza de detalhes. É a primeira vez que documentos comprovam algo que antes nunca havia sido atestado, somente pela memória de alguns que queriam que ele fosse herói. Os relatos das atrocidades cometidas pela tropa de Prestes estão em diversas cartas enviadas ao comando do movimento, sobretudo por moradores, padres e autoridades dos locais por onde marchou e destruiu cidades. Até mesmo integrantes do exército revolucionário denunciaram, por escritos, os abusos feitos pela tropa.

Eu vou ler uma parte da carta do Pe. José Maria Amorim, de Goiás, escrita em outubro de 1925: “Mesmo entre os integrantes do movimento, a violência sem sentido espantava. Um capitão escreveu aos líderes reclamando dos saques, estupros e incêndios causados pelos ditos revolucionários, no Paraná, no Paraguai e no Mato Grosso. Tropa que diz bater-se pela liberdade de um povo não pratica incêndios, não pratica saques, não viola senhoras indefesas, como até aqui se tem praticado, escreveu o Capitão Antonio Teodoro”. Cinco anos antes da liberação desses documentos, a jornalista Eliane Brum tinha descoberto o mesmo rastro de crimes ao refazer o trajeto da Coluna Prestes, entrevistando antigos moradores que presenciaram a passagem da Coluna, ela se deu conta que a maioria deles guardava ódio de Prestes e de seus seguidores. Histórias de violência eram comuns no Paraná e na Paraíba. Ao passar pela cidade de Posse, hoje Tocantins, os cavalheiros torturaram moradores para saber onde eles tinham escondido o gado. Perto dali, moradores disseram a jornalistas que integrantes da Coluna invadiram uma casa para estuprar uma mulher na frente de seu marido. No Piauí, havia a história de um rapaz que não queria liberar o gado aos invasores e, por isso, acabou amarrado, nu e obrigado a correr atrás dos rebeldes.

Com base nessas histórias, surge outra finalidade possível para a Coluna, talvez ela fosse o objetivo em si e não o meio para luta por ideais democráticos ou para instalar um novo governo. A maioria dos seus integrantes pelo que sugere os documentos e depoimentos

queria se aventurar pelo Brasil, tirando proveito da cidade sem a proteção do Estado, assim como faz algumas minorias no dia a dia de hoje.

Eu vou dizer que voto “sim” ao projeto e principalmente à emenda do PT que transforma o Memorial desse assassino, desse rebelde que não faz parte da nossa história, num Memorial da história e da cultura gaúcha. Pensemos: o que contribui para a história esse cidadão que hoje alguns querem lembrar? Nada! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, desde o início da Sessão, estava ouvindo atentamente todos os debates e fazendo um retrospecto de tudo o que vejo na TV, principalmente filmes, e vejo que aqui se pode comparar a um grande filme. Filmes em que a gente vê uma força de um país invadindo o outro, e lá toda a sua cultura, toda a sua história é dizimada e destruída. A História é contada pelos vencedores, mas tem que se ter respeito às pessoas que construíram e fizeram parte dessa História. Nós teríamos hoje, no mundo em que vivemos, dominado pelo poder econômico, dominado por uma coisa que ninguém combate, pois, se somos um bom pai, no Dia da Criança, damos o melhor presente; se somos um bom marido, no Dia da Mulher, damos o melhor presente; se temos uma boa família, no Natal, os melhores presentes – e isso nós não combatemos. Mas nesse mundo em que vivemos, o primeiro projeto que teríamos que ter no mundo seria acabar com o Kremlin, que é o maior sinônimo do comunismo do mundo. Mas todos os que chegam a Moscou vão visitar o Kremlin em função da sua beleza. Todos que chegam em Wall Street vão visitar o touro, independentemente da sua crença. Não podemos rasgar a história, não podemos ser talibãs, chegar num lugar e destruir tudo. Fala-se muito aqui das atrocidades que Prestes fez. Prestes, que se formou na Escola Militar de Porto Alegre; Prestes que se formou na Academia Militar das Agulhas Negras; Prestes, que se formou na Escola Militar do Realengo; Prestes, que era um milico. Foi engenheiro do Exército brasileiro, Capitão do Exército brasileiro, onde viu sua esposa ser assassinada pelo nazismo. Prestes, que foi eleito pela BBC de Londres, não foi por nenhuma rede brasileira, um dos 100 maiores

brasileiros de todos os tempos. Isso é história, não adianta-nos rasgarmos a História. É História! Gostemos ou não, está lá na História, Avenida Castelo Branco...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Só um minuto, Ver. Cláudio Janta. Como já havia anunciado, é a última vez que vou admitir que um Vereador na tribuna seja interrompido. Vou solicitar que na próxima vez a segurança interfira.
Ver. Cláudio Janta, por favor, sua conclusão.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Histórias vemos todos os dias na televisão. Na História lá está o monumento histórico eleito pela BBC de Londres dentre os cem maiores brasileiros – não fui eu que elegi –, e era parceiro de Jorge Amado. Quantos viram aqui a Sônia Braga subir no telhado? Esqueceram que eram parceiros de Prestes? Niemeyer, quantos vão a Brasília, quantos vão a cidade e veem? Aí vamos aprovar aqui um projeto, só que não pegaram a autorização do autor. Para mexer naquilo ali tem que ter autorização do autor, que se chama Oscar Niemeyer. É obra dele. Qualquer obra dele tem que ter autorização. Em Brasília, qualquer coisa que se faça tem que ter autorização, como nos museus e prédios.

Então, quero dizer que fez o que fez, não interessa o que fez, nós temos hoje avenidas com nomes de várias pessoas, como Osvaldo Aranha, Bento Gonçalves, Neto, e por aí fora. E quantas atrocidades foram feitas por pessoas na Revolução Farroupilha, na Revolução de 1930? Quantas atrocidades foram feitas nas revoluções? Agora...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Por favor, seguranças, peçam àquele rapaz que está com telefone para se retirar, aquele que apontou o dedo. Pode se retirar, eu já havia avisado. Pode retirar esse outro de vermelho também, por gentileza. Depois, vou colocar à apreciação da Mesa que se tenha um período para que não possam frequentar esta Casa. Aqui todos são muito bem-vindos, mas não para atrapalhar o trabalho do Parlamento.

Ver. Cláudio Janta, um minuto para a sua conclusão.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Então, eu quero dizer que nós não podemos rasgar o que já foi construído. Está para inaugurar sábado agora. Isso é como um jogador quando é chamado aos 50 minutos do segundo tempo, veste a camisa e entra. Tivemos muito tempo para discutir isso, e isso foi discutido – já falaram aqui, foi o Tarso, ou o Fogaça, foi discutido lá na época do Olívio, mas foi o Fogaça quem encaminhou isso. Foi o Ver. Valter Nagelstein, como Líder do Governo do PMDB, que deu o pontapé para serem construídos o Museu do Futebol, a Federação e esse museu que está sendo construído aqui.

Então, se a história é torta, se é branca, preta, ou vermelha, quem vai dizer é o futuro. Agora, nós não devemos rasgar a História, seja qual for a mancha que ela tenha. Nós devemos possibilitar que as pessoas, os jovens que estão nascendo, o futuro conheça a História, seja ela manchada ou não, ela tem que ser conhecida para que não se comentam os mesmos erros no futuro. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/17, por cedência do Ver. Mendes Ribeiro.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Sr. Presidente; Vereadores, Vereadoras, Ver. Robaina, vou seguir o seu conselho e falar *despacito* e com muita calma, apenas para repor a verdade e os fatos. Só vou responder uma parte da sua fala, porque aquilo que V. Exa. respondeu sobre o meu pronunciamento é um direito seu, e eu respeito, nem devo dizer nada. É a sua opinião, como deu a minha, está tranquilo. Eu só quero repor uma coisa aqui: quando o senhor diz que nós elegemos o Temer. Acho que V. Exa. elegeu o Temer, porque votou na Dilma, e eu não votei na Dilma! No 2º turno eu acredito que V. Exa. votou na Dilma, então quem tem que dar explicação sobre o Temer aqui...

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina .)

O SR. IDENIR CECCHIN: É, lá no escurinho. Se o senhor não votou, eu o cumprimento, mas acho que, pela defesa que o PSOL fez da Dilma antes do *impeachment*, além de votar, abraçaram-se firme na Dilma. Mais firme do que isso, só o Brizola se abraçou no Collor. Só o Brizola se abraçou no Collor mais do que o PSOL se abraçou na Dilma. Então, eu só queria repor essa verdade. Quem tem que defender o Temer é quem votou no Temer, ou seja, o PT, a esquerda e a parte do PMDB que está lá, metade presa, metade... Está tudo certo! Eu não votei no Temer, e muitos colegas meus aqui também não votaram. Então, nessa parte, eu queria repor a verdade. Não tenho saudade nenhuma da Dilma, porque, aliás, essa roubalheira toda que está se explicando agora aconteceu naquele governo, porque não tinha governo mesmo, cada um fazia o que queria! O governo estava loteado, a Petrobras um tomava, os Correios era de outro. O governo estava loteado para roubar, e agora quem praticou aquilo no Governo do PT vai responder, seja de qualquer partido, do PT, do PMDB, do PSDB, de qualquer um deles. Do PSOL eu acho que não, porque o que era saiu, foi para outro partido, mas tinha problema lá também, lá no Amapá.

O Sr. Roberto Robaina: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) O senhor está tentando adivinhar o meu voto no 2º turno. Eu votei na Luciana Genro no 1º turno. A minha curiosidade é saber em que o senhor votou no 2º turno, porque o oponente da Dilma era o Aécio, que esteve quase preso. Só para saber.

O SR. IDENIR CECCHIN: Eu vou lhe contar. Eu votei na Marina Silva no 1º turno, no 2º turno eu tentei votar em quem me parecia menos ruim, no meu bandido. Eu também tenho um bandido como V. Exa. tem a bandida. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/17.

O SR. RICARDO GOMES: Sr. Presidente, antes de entrar no mérito propriamente dito, quero só repetir a todos o que disse a algumas pessoas ali no plenário. Nós, Vereadores, estamos aqui três vezes por semana, durante o ano inteiro; às vezes é um público, às vezes é outro – normalmente é um só –, que está nas galerias. Aqui é o espaço do uso da tribuna, aqui é o espaço do diálogo, da discordância e da manifestação popular de concordância ou discordância entre as falas dos Vereadores, mas aqui não pode ser o espaço da violência, da interrupção e da força bruta sobre o diálogo. Então é isso que peço e me associo ao pedido para que as galerias se mantenham como partícipes do diálogo e não como agentes que o interrompam. Apenas isso.

No mérito, Sr. Presidente, eu quero dizer que este Memorial não é um memorial ao indivíduo Prestes; este é um memorial ao comunismo. O comunismo só espalhou genocídio, expropriação, morte, miséria, ruína, opressão, censura e violência. Quem não o vê pode buscar nos escritos de Soljenítsin, que descreveu os campos de concentração comunista na Sibéria, os *gulags*; pode buscar no livro de Svetlana Aleksievitch, O Fim do Homem Soviético.

O Ver. Janta leu aqui quase o currículo de Luís Carlos Prestes. Quero dizer que aqueles que não respeitam os direitos individuais não podem se valer de seus feitos individuais. Ouvi Vereadores falarem, nesta tribuna, da conquista dos direitos trabalhistas provocada aparentemente pelos comunistas. Que direitos trabalhistas tinham aqueles que foram escravizados, nos *gulags*, na União Soviética? Falam em direitos sociais, mas promoveram a perseguição dos homossexuais. Falam em liberdade, mas causaram a submissão de populações, de 100 milhões de pessoas às suas ideias. Falam de democracia, mas criaram o reino dos partidos únicos – nisso, iguais a Hitler. Falam de diálogo, mas só falam, porque, quando falam que defendem o diálogo, as suas palavras são “luta”, “combate”, “trincheiras”. Falam de diálogo, mas não praticam o diálogo. Quando falam de diálogo, mentem. Falam que querem desenvolvimento, mas nos países em que essa ideologia foi implementada causaram apenas miséria. Um venezuelano, hoje, precisa atravessar a fronteira para comprar pão, vítima dessa ideologia. E vêm falar de desenvolvimento. Falam que resistiram a uma ditadura, mas o que queriam era substituir uma ditadura autoritária por uma ditadura totalitária comunista. Esta é a extrema esquerda: fala uma coisa e pratica outra. Implementa o reino da mentira e consegue produzir a maior das falácias, que é unir numa frase só a palavra socialismo e a palavra

liberdade, duas coisas que jamais andaram juntas na história da humanidade. Esta é a extrema esquerda, o reino da mentira e da violência.

Esta é Elza. (Mostra fotografia.) Esta é a vítima do homicídio do homenageado, Luís Carlos Prestes. É um ser humano, um indivíduo. Olhem para o rosto dela na hora de votar, Srs. Vereadores. Por Elza, nós deveríamos pedir um minuto de silêncio nesta Câmara, mas, se pedíssemos um minuto de silêncio para cada vítima do comunismo, 100 milhões de mortos, esta Câmara teria que ficar calada por 190 anos. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde. Como eu falei inicialmente, o projeto está cheio de vícios. Já expus três problemas fundamentais que são datados desde a primeira votação, na década de 1990, e que colocam a Prefeitura numa condição inclusive de poder requisitar a retomada de posse daquela propriedade pública. Eu entendo, assim como acho que boa parte dos Vereadores aqui presentes, enquanto agentes de fiscalização e também legisladores desta Capital, que nós temos o dever de proteger o patrimônio público desta Cidade e não de privatizá-lo a uma ideologia. Nós não podemos privatizar um patrimônio público a uma ideologia. Quanto valeria aquele terreno, quanto ele poderia dar de retorno e por que nós devemos entregar um patrimônio público a uma ideologia, como está sendo proposto? Aliás, chama-me a atenção que os partidos que estão defendendo que ele fique nas mãos dessa ideologia são justamente aqueles que são contrários à privatização, mas querem privatizar para o seu próprio interesse. Nesse sentido, o Museu da História e da Cultura Gaúcha faz muito sentido, já que ele é de todos, é de interesse público da cidade porto-alegrense. E a Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre está aqui para defender o interesse público, o interesse do cidadão de Porto Alegre e não o interesse localizado de um Vereador que propôs essa matéria na década de 1990, ou de um arquiteto de renome. Afinal de contas, o interesse público é obviamente superior ao interesse particular de um arquiteto ou de um Vereador proponente da matéria.

Por último, eu acho que a gente não deve relativizar o assassinato, como acabou ocorrendo aqui na tribuna, relativizando se Prestes era mais ou menos assassino do que outros assassinos. Eu acho que quem opta por homenagear um assassino, independentemente de ser o mandante de um assassinato, de três, de dez, em detrimento de uma alternativa de interesse público como está sendo proposto nessa emenda, que eu achei razoável, coloca a sua ideologia à frente da vida humana, à frente da moralidade, à frente da convivência pacífica em sociedade. E isso, do meu ponto de vista, enquanto legislador da Capital, acho inadmissível.

O Ver. Robaina e o Ver. Ferronato também vieram citar suas preocupações com acumulação de riqueza e também com os altos salários e tudo o mais, e me preocupa isso, porque me preocupa ver que estão mais preocupados com a acumulação de riqueza do que com a solução da pobreza. E isso é recorrente para a redistribuição de renda. A gente discute se é ideologia sobre combater a acumulação de riqueza, mas não se discute resolução da pobreza. E o que a gente vê é que o regime socialista e comunista, como no caso de Prestas, falha miseravelmente na resolução da pobreza. Na verdade, ele deixa todos iguais, de fato, na miséria, na pobreza. Pergunto: já que estão tão preocupados com a acumulação de riqueza, sendo eles parlamentares que dialogam com setores da sociedade porto-alegrense que recebem altos salários, como votaram no teto que barrava os altos salários da Prefeitura de Porto Alegre? Como votaram? Votaram a favor da acumulação de riqueza para aquele alto escalão da Prefeitura ou votaram em contrariedade a isso? Quanto dos seus rendimentos, já que estão preocupados com redistribuição de renda, eles dedicam a redistribuição de riqueza. Eles fazem da prática o seu discurso ou só fazem o seu discurso. No mérito, esse projeto é cheio de vícios, acho que a alternativa da Emenda nº 01 é extremamente razoável. E, enquanto defensor do interesse público, como legislador desta Capital, eu não posso me furtar de defender que o interesse público seja preservado, em detrimento do interesse particular de um arquiteto, de um vereador ou, pior ainda, de uma ideologia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/17.

O SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas. Gostaria de também começar, conforme alguns Vereadores que me antecederam, lamentando profundamente que, com tantos debates necessários na cidade de Porto Alegre, nós estejamos fazendo o debate deste projeto do Ver. Wambert. Infelizmente, nós tivemos uma situação de impasse, criada pelo Governo Municipal, pela ausência de negociação numa greve que segue, justa e necessária, diante de uma não resposta com relação à retirada dos PLs. E a Câmara passará a tarde inteira de hoje, fazendo esse debate, no qual eu espero que seja, na tarde de hoje, enterrado, derrotado o projeto do Wambert.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que é preciso que se estude um pouco de história. Ouvi atentamente várias intervenções aqui que falavam da Coluna Prestes como uma coluna comunista, embora seja um debate macartista, e a direita, quando abre a boca, deixa bem claro o que quer. Falavam AI-5, Bolsonaro Presidente, intervenção militar, homenagem a Castelo Branco, porque eles defendem a violência, a tentativa de supressão do regime e da possibilidade da auto-organização do povo, embora nasça como parte de um debate macartista. Vale lembrar que a Coluna Prestes foi um movimento do baixo oficialato do Exército, comandado por tenentes, sargentos que tinham como líderes o Prestes e outros tantos líderes desse movimento que combatiam a República Velha. Aliás, sem a Coluna Prestes, talvez, nós não tivéssemos a derrota da República Velha em 1930. A Coluna Prestes defendeu direitos ao baixo oficialato, defendeu o fim do voto secreto – naquela época o voto era secreto e era comandado por quem tinha terras. A Coluna Prestes defendeu a educação pública para todo mundo, e nasceu como movimento do baixo oficialato do Exército. Depois o Prestes virou comunista. E como muito bem falou Roberto Robaina, nós temos diferenças inclusive com relação, primeiro, à posição política do Partido com relação ao governo soviético, e quero entrar lá, evidentemente. E segundo, talvez outros momentos da história, como por exemplo, o apoio a Getúlio e temas da conduta pessoal e posições políticas que houve, o debate intenso entre o movimento socialista, o movimento dos trabalhadores e o movimento operário daquela época. Agora, tirar o papel histórico do Prestes como parte deste processo de derrota da República Velha, como também uma personalidade do século passado, com todos os erros e acertos e suas contradições, e, ao mesmo tempo, tentar justificar que é preciso tirar essa homenagem, supostamente em nome da violência, de quem não vejo combater a violência da ditadura militar, de quem eu não vejo combater

a violência contra os movimentos sociais organizados, de quem eu vejo, na verdade, o medo e o ódio da auto-organização do povo, e esse é o debate de fundo que se faz sobre o tema dessa homenagem, porque nós vemos, por exemplo, que existe um movimento de extrema direita, que na medida em que perdeu a pauta, que disse que era contra a corrupção, e por isso apoiou o *impeachment* da Dilma, entre aspas, e que, ao mesmo tempo que fica defendendo o governo decrépito do Temer, busca nas pautas morais tentar se reconstruir com bandeiras conservadoras da sociedade. Foi assim no Queermuseu, uma vergonha, uma questão das trevas, uma posição medieval, uma posição política minoritária, e a gente pode ver pelo tamanho das galerias, que tenta nestes factoides arrebanhar perdidos numa situação política complexa que eles não querem que os trabalhadores voltem a se auto-organizar e a defender seus direitos. Por isso, lamentavelmente, graças a esse pensamento político que flerta com o fascismo e com a extrema direita, não estamos debatendo hoje o principal tema da Cidade, que é direito dos trabalhadores, que é a greve legítima dos municipais e o desgoverno Marchezan. E eu queria dizer mais: acho que é um desrespeito com o movimento negro a proposta original do projeto, e quero cumprimentá-lo pela brilhante intervenção. Acho que é um desrespeito com a história política de vários partidos, como é o próprio PTB, como são Partidos como o PDT, e o projeto é do Vieira da Cunha, e acho que a Câmara tem que dar uma resposta hoje, derrotar esse projeto, enterrar esse debate e garantir a inauguração no sábado e no domingo, homenageando uma bela obra de Oscar Niemayer. (Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/17.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, colegas, pessoas que nos prestigiam com as suas presenças, a imprensa, hoje a Sessão está bem movimentada. Aliás, nos últimos tempos, eu costumo dizer que de monotonia nós não sofremos, de forma alguma. Eu poderia utilizar a tribuna e dizer aqui, simplesmente, que Luís Carlos Prestes era um comunista, ex-KGB, assassino, que traz à lembrança de milhões de vítimas do maior

movimento genocida da História da Humanidade, que os porto-alegrenses não admitem qualquer possibilidade de conviver com um memorial que desrespeita frontalmente o bom senso e a memória de milhões de pessoas vitimadas pelo comunismo. Poderia falar tantas coisas sobre a verdade desse movimento, que ficou décadas escondido pelos cantos das salas de aula, das redações dos jornais. Por todas as razões e evidências sociais, históricas, combater o culto ao comunismo é um dever moral; é, sim, um dever moral. E nós estamos aqui para deixar isso bem claro. Mas, não bastasse tudo isso, que o nome de Luís Carlos Prestes é um nome símbolo da luta bolchevista no Brasil – o País tem vergonha disso –, eu vou registrar um motivo muito importante que me faz vir à tribuna e convocar os meus colegas a apoiar o projeto do Ver. Wambert com a emenda do Partido Progressista, por uma simples razão que norteia a minha caminhada e dos meus colegas, é a lei. E este projeto, este Memorial Luís Carlos Prestes tem três irregularidades processuais: não foi formada a comissão gestora, que a lei exigia; não foi formada a comissão fiscal que a lei exigia; o terreno foi utilizado para fins diversos do que a lei permitia, como, por exemplo, estacionamento pago. Ou seja, por qualquer desses itens já poderia o Executivo retomar o terreno. Então, na esteira de tudo isso, os Vereadores progressistas João Carlos Nedel, Ricardo Gomes, Cassiá Carpes e esta que vos fala entraram com uma emenda, a Emenda nº 01, para que o nome seja Memorial da História e da Cultura Gaúcha, dessa forma nós estaremos homenageando figuras importantes da história e da cultura gaúchas. Isso é o correto, e não como está, por isso, senhores, se atenham à Emenda nº 01, aprovem a Emenda nº 01, o projeto deve ser dessa forma, nós precisamos homenagear figuras importantes da história e da cultura gaúchas, e, de forma alguma, nós vamos cultuar um comunista assassino e permitir que três irregularidades sejam aprovadas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/17.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o autor do projeto, nosso querido amigo Ver. Professor Wambert, fez uma citação de que a filósofa Hannah Arendt qualificava como ralé determinadas categorias, e eu aqui acrescento que

ralé, malta ou escória, que no dicionário Aurélio tem o mesmo significado, para sair do campo filosófico, são todos aqueles que, de um lado ou de outro, tentam inibir ou intimidar a manifestação democrática dos Vereadores nesta tribuna. Também foi a Hannah Arendt que, na sua filosofia política, teve como ideia central – e não vou disputar esse debate, porque vou perder feio, eu sei – a preocupação com a pluralidade humana. Talvez o Prestes tenha sido uma expressão dessa pluralidade humana: militar por formação, liderou um movimento de resistência dentro do Exército com a sua ideologia política. Então, a também nos conduz para a realidade em muitas das situações, e é importante que se faça a reflexão. Sempre fui defensor de que ser anti algum partido ou anti alguma doutrina é ser contra a democracia, porque os partidos existem na gênese da democracia justamente para afirmarem os seus programas e os seus perfis ideológicos. Se nós nos filiamos a algum partido, fizemos isso tendo um estado de espírito – eu, pelo menos, fiz a minha opção dessa maneira.

Se nós formos entrar no mérito do comunismo, do nazismo, do fascismo, das ideologias que perseguiram, que torturaram, que mataram, eu vou trazer isso aqui um pouco para a realidade pessoal da minha família. O meu pai, Carlos Eroni Nogueira Carús, foi o primeiro anistiado político do Rio Grande do Sul, em 1979, servidor público que era. Assim como documentos que deram conta das atrocidades cometidas pela Coluna Prestes ou por outras iniciativas dessa época, o arquivo nacional também está cheio de registros do DOPS. Meu pai enfrentou 380 dias de cadeia, 15 anos de cassação e só pôde gozar dos direitos políticos a partir de 1980. Nem por isso Porto Alegre deixou de ter, Ver. Mauro, um bairro que recentemente foi renomeado de bairro Costa e Silva, em homenagem ao segundo Presidente da ditadura militar. Nem por isso Porto Alegre deixou de ter, na zona central da Cidade, uma avenida denominada Getúlio Vargas, que, mesmo eleito pelo voto popular, foi também o ditador sanguinário do Estado Novo.

Eu só faço aqui uma reflexão, porque é importante que a Câmara se ocupe do debate ideológico, mas esse debate ideológico está acima daqui. Hoje, o debate ideológico que se trava em Brasília é zero, o debate que se trava na política nacional é de quem é menos culpado pelos assaltos que cometeram aos cofres públicos, e quem paga por essa deformação do sistema político é o cidadão. O sistema político brasileiro está deformado, não por causa do Prestes, muito menos por causa do Castelo Branco ou do Médici, que cumpriram o seu papel histórico, certo ou errado, em determinado momento. O sistema

político está deformado, extremado, e, muitas vezes, nos faz entrar em debates estéreis aqui nesta Casa, assim como os que acontecem na Assembleia Legislativa ou no Congresso Nacional, porque não há mais o que debater do ponto de vista ideológico neste País. A minha doutrina é a doutrina que embalou a fundação do PMDB, foi o fim da tortura, foi a anistia, foram as Diretas Já, foi a Assembleia Nacional Constituinte e foi sempre o sonho, que até hoje não consegui ver materializado, de o PMDB ter um projeto nacional, ele preferiu ser caudatário e rabicheiro dos projetos alheios.

Por isso, com o maior respeito à proposta do Ver. Wambert, faço uma crítica do ponto de vista filosófico e ideológico. Essa foi uma decisão lá da década de 1990, que esta Casa tomou. Se existem imperfeições legais, como bem arguidas aqui pela Ver.^a Mônica, então vamos nos ocupar delas, mas não vamos criminalizar uma ideologia ou um personagem. Cada um teve o seu papel no momento histórico do nosso País. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/17.

O SR. MÁRICO BINS ELY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores, hoje nós tivemos aqui na Casa um debate elástico, vários temas foram abordados fazendo uma analogia ao projeto em questão.

Inicialmente, quero me ater em fazer considerações aos que me antecederam. Primeiramente, com relação a essa compreensão do Ver. Tarciso, eu acho que é muito oportuno que possamos fazer uma crítica por parte desse embaralho que se tentou fazer no sentido de denominar Museu da História e da Cultura do Povo Negro um prédio já destinado numa contrapartida, com uma formatação, inclusive arquitetônica de significado histórico. E, nesse sentido, quero cumprimentar o Ver. Tarciso. E o nosso Partido teve o privilégio em ter o primeiro Senador Negro da República, Abdias Nascimento, e o Governador Collares. Nós, que defendemos a questão das minorias de maneira estatutária e programática no nosso Partido, tivemos o primeiro Deputado Federal índio, o Juruna. Então, nós não podemos compactuar com esse tipo de embaralho que está sendo sugerido aqui, Professor Wambert. Ao mesmo tempo, acredito que esse

entendimento que foi proferido pelo Ver. Cecchim, não se aplica nesse caso, porque a iniciativa de trocar o nome de um logradouro não é a mesma iniciativa de se trocar a destinação de um próprio municipal. Acredito ainda, e lá na Comissão de Justiça fizemos esse debate, eu não concordo que o Vereador, por iniciativa, seja o signatário da destinação de um prédio público. Não é competência desta Casa fazer esse tipo de destinação. Mas aí, no caso, nós não estaríamos entrando no mérito, que é o mais importante. Mas também faríamos aqui essa observação.

Os debates variaram bastante, foram até à questão da privatização. Eu quero dizer que o nosso Partido, nós temos uma posição muito clara com relação a esses temas. Nós temos, por exemplo, 72 aeroportos no Brasil, será que é correto privatizar apenas os oito que dão lucro? A BR-116 tem pedágio na Dutra, tem pedágio na Régis Bittencourt, onde há mais trânsito, São Paulo, Rio e Curitiba; e nos confins do Brasil, por que não botaram pedágio? Então, nós temos que ver, não dá para fazer um debate aqui superficial sobre conceitos de orientação programática e de entendimento de construção da sociedade, e o papel que cada um tem na construção e na sua representatividade com relação aos conceitos de formatação da sociedade.

Quero dizer que sou militar, sou Segundo Tenente de Cavalaria, R2, mas não sou a favor da ditadura. Agora, fazer esse debate, eu acho que o Ver. Carús foi muito feliz aqui, cada um teve o seu papel, e acho que o papel do Prestes, de quem veio de dentro, e liderou, efetivamente, um movimento, ele teve a sua relevância no contexto. Querer dizer aqui que a ditadura militar era um colégio de freiras e que também não matou ninguém, então para aí um pouquinho, não é?

Eu quero me manifestar contrário ao projeto, nós vamos votar contrariamente ao projeto. Nós acreditamos que foi feita, sim, uma construção – o Ver. Ferronato falou muito bem aqui –, foi definido muito bem aqui por autoria do Ver. Vieira da Cunha à época, foi votado. É bem verdade que o PP votou contra, o Ver. João Dib votou contra; tiveram três votos contrários. Mas, com todo respeito à bancada do PP, a fachada do Museu Luis Carlos Prestes não tem nada que ver com a cultura tradicionalista. Se o Ver. Wambert quer fazer uma homenagem aos negros e o PP quer fazer uma homenagem à cultura tradicionalista, façam em qualquer outro local da Cidade. Nós temos, na esquina da João Pessoa, uma homenagem à maçonaria; nós temos tantas outras localidades para se fazer a homenagem que quiserem fazer sem ofuscar a iniciativa dos demais. Então, façam e se

arvoreem da legitimidade que vocês têm para prestar a homenagem que vocês entenderem oportuna ao povo negro, ao tradicionalismo; temos o monumento das cuias. Mas não modificar uma trajetória de uma ação compensatória, mitigatória do Prefeito Fogaça, à época, nem a tantas outras intervenções que se somam no sentido desse entendimento. E nós vamos aqui reforçar o nosso entendimento pela manutenção ali onde foi aprovado, onde está agendada a inauguração do museu, estaremos ali para prestigiar e acreditamos que cada um teve o seu papel na história, cada um escreveu uma parte da história e hoje estamos aqui graças ao empenho, à dedicação de valorosos brasileiros que nos permitiram chegar à democracia que chegamos hoje. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLCL nº 006/17. (Pausa.) O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 006/17.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde mais uma vez, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, gente eu estou ali embaixo ouvindo e procurando uma palavra para falar. Há pouco, disseram que sou a favor do comunismo. Tenho 66 anos, vivi com meu pai, aos 10, 11 anos; o meu irmão, Ver. Janta, foi o presidente do Sindicato da Estrada de Ferro Leopoldina, que puxava o minério lá em Ouro Preto e levava para Volta Redonda, a Cidade do Aço. Quando houve a ditadura, meu irmão teve de fugir. Lembro que a minha mãe falava que ele tinha viajado. Não sou a favor, sou contra algumas coisas que são feitas. Há 10 anos, estou aqui, não vi um colega fazer uma emenda num projeto de outro colega sem conversar com o autor. Aconteceu com o João Bosco Vaz, a nossa colega queria fazer uma emenda, e ele disse a ela que era o autor do projeto, que falasse com ele. É muito fácil. Por isso digo, nós, negros, sempre falo isso, não queremos esmolas nem migalhas, nós queremos o que é nosso de direito, igualdade, educação, nós não precisamos dessas migalhas, nós queremos educação, igualdade e acabar, no mundo todo, com o racismo forte. Gente, não sou contra museu de A ou B, quem sou eu para julgar alguém? Os meus antepassados, meus avós, meus pais, sofreram muito. Mas eu tenho uma posição em defender essa bandeira, que é a bandeira da minha cor, a bandeira negra. Essa eu vou defender, custe o que custar, mas vou defender, porque só nós sabemos como é sofrido. Se eu não fosse esse jogador de

futebol... Sofri muita discriminação racial no Rio de Janeiro, depois veio o nome, mas não caí de paraquedas aqui no Rio Grande do Sul, no Estádio Olímpico, lutei muito para chegar aqui, foi uma luta de um negro que achava que tinha um lugar nessa sociedade. Por isso, Ver. Mauro, Ver. Bins, o meu voto é “não”. Por quê? Porque não podemos abrir esse precedente aqui dentro da Câmara de Vereadores, de eu chegar e fazer uma emenda num projeto de um colega e mandar para o jornal. Isso eu não aceito. Eu estou aqui há dez anos, nunca fiz isso, sempre busquei com a minha força, com a minha luta. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 006/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara e que, de certa forma, não pôde presenciar alguns momentos muito tristes que nós tivemos nesta tarde de hoje na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, com pessoas bradando, nas nossas costas, portanto, longe dos microfones, afirmando categoricamente que não houve ditadura militar no Brasil, pessoas bradando pela volta do AI-5, pessoas bradando pela volta do DOI-CODI, da repressão, da tortura, de mais um período terrível para a história do Brasil. Essas muitas pessoas vieram aqui para apoiar o projeto que está em votação neste exato momento. É evidente que nós não podemos aceitar nenhum tipo de retrocesso na nossa sociedade, não podemos permitir, nos dias de hoje, a compactuação com violações a direitos humanos, nem mesmo à naturalização dessas violações. Isso nos envergonha como sociedade.

Eu, particularmente, abri mão do momento de discussão justamente para que nós entrássemos em período de encaminhamento e votássemos de uma vez, para que pudesse ser mais breve esse momento tenebroso que nós presenciamos. Foi terrível, foi doído para mim, que sou professor e trabalho com crianças, jovens, adolescentes, tentando esclarecer para eles que nós não podemos repetir os erros do passado. Erramos como sociedade, erramos, mas precisamos acertar, como muito bem foi destacado tanto pela Ver.^a Fernanda Melchionna quanto pelo Ver. Roberto Robaina, meus companheiros

de partido e bancada, e, portanto, encaminho no sentido de usar a fala para estender as suas manifestações. Nós tivemos um momento histórico, como a Coluna Prestes, que significativamente abriu, sim, as portas para a revolução de 1930, pondo fim à República Velha, isso é a história do Brasil. Queiramos apagar a história? Não! O monumento foi criado pelo maior arquiteto da história deste País!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Comunista, sim, assim como existem, na sociedade brasileira, católicos, umbandistas. Agora, vamos tachar as pessoas e criminalizá-las? Isso é tudo que nós não precisamos na atualidade, não precisamos desse tipo de manifestação! Nós precisamos buscar a conciliação, senhores! Eu sou católico e muito me envergonha o que a minha igreja fez ao longo da história: as cruzadas que promoveram genocídios – genocídios! – em nome da fé. Entristece-me e me envergonha, assim como me envergonha, no século XXI, ter uma igreja que contraria o bom senso e prega a não utilização de preservativos. É lamentável! Mas de acordo com os preceitos com que fui criado e que aprendi em casa, da doutrina cristã, fui aluno de escola cristã, a professora Teresinha, com muito carinho me lembro dela até os dias de hoje, me transmitiram que Jesus Cristo era uma pessoa boa, e muitos mataram e roubaram em seu nome, e vários ainda o fazem!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Eu não respondo pelo Estado Islâmico, eu estou falando pela minha igreja que ainda hoje erra e erra feio! Eu estou fazendo uma autocrítica, coisa que os senhores não conseguem fazer.

Portanto, encaminho, agora, o voto da minha bancada: é um voto “não”. Nós precisamos, sim, rediscutir a história para o bem, para mal, mas precisamos discutir para não incorrer nos erros do passado. Um grande abraço a todos e valorizemos o conhecimento e a cultura deste País. Um grande viva ao falecido Oscar Niemeyer que é, não apenas no Brasil, mas, no mundo inteiro, uma referência pelo seu trabalho, e essa é a única obra desse grande brasileiro da história do nosso País. Um salve a Oscar Niemeyer, o respeito

a sua obra, o respeito ao seu trabalho e ao legado que ele deixou para este País. Votamos “não”.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Volto a solicitar às galerias que façam suas manifestações após o término das falas dos oradores. Sempre darei um tempo após o término para as manifestações das galerias. Conto com a colaboração de todos.

O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 006/17, como autor.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, eu quero vir aqui expressar a minha simpatia, o meu encaminhamento favorável à proposta do PP a esta emenda, então venho pedir que aqueles que simpatizam com o projeto o acompanhem, como autor do projeto, essa emenda que modifica o projeto e destina a todos os gaúchos e não a uma parcela da população. Porque ter um monumento ao comunismo, e me desculpe, Ver. Carús, o respeito é recíproco, o senhor falou em criminalizar uma ideologia. A ideologia que é criminoso, a ideologia assassina, uma ideologia que vai de encontro à natureza humana, uma ideologia que é contra a liberdade, uma ideologia que deixou um rastro genocida de mais de 100 milhões de mortos. E eu faço um apelo, já que seu pai foi preso, foi torturado, o senhor não vote a favor de um torturador que matou uma menina de 16 anos, sua companheira de partido, uma criança, Vereador, que foi assassinada. Esse homem tem sangue nas mãos, além de ser um sabujo do maior tirano que a humanidade conheceu, que foi o Stalin. De fato, a obra que o senhor citou da Hannah Arendt, Ver. Carús, é Origens do Totalitarismo, Vereador, em que ela detona o marxismo e o comunismo. Inclusive, nessa obra ela fala exatamente que o comunismo é antipolítico, porque é contrário ao pluralismo, ele prega um partido único, ele é contra a liberdade, ele quer a hegemonia com base no terror, no fuzil e na violência. É isso que nós estamos homenageando. Curioso que, quando o Ver. Robaina me ofende é exatamente o que a esquerda faz quando entra em desespero, ela não tem argumento. Nós estamos aqui narrando um rosário de fatos históricos do genocídio covarde, sangüinário e carniceiro do comunismo, estamos aqui descrevendo a História, e aí o Ver. Roberto Robaina baixa o nível do debate para me chamar de fascista. Eu sou um

democrata, obstinado pela democracia, e, por ser democrata, tenho ódio e nojo de qualquer totalitarismo, fascismo, nazismo, comunismo, bolivarianismo. Ódio e nojo, porque sou amante da liberdade. Agora, por quê? É o desespero diante dos fatos. E aí assistimos a essa profundidade intelectual, a essa profundidade cultural aqui nesta tribuna, algo, assim, de nos deixar extasiados com a profundidade do discurso que se limita a chamar o outro de fascista. Eu nunca baixei o nível aqui. Eu nunca chamei ninguém de funcionário fantasma, por exemplo. Eu nunca resgatei a história de gente que critica CC e que viveu numa teta a vida inteira. Eu nunca falei isso aqui na tribuna. Sabem por quê? Porque eu respeito os meus Pares. Eu estou aqui para debater ideias, não para insultar os meus colegas Vereadores.

Então, colegas Vereadores, quero concordar que temos mesmo que fazer uma história nesta Casa de quem pode entrar no plenário. Eu quero participar desse debate, inclusive incluindo o presidente do Simpa, que agrediu e tirou sangue do meu assessor. Se é para fazer essa discussão, vamos discutir, inclusive levar a Ver.^a Sofia Cavedon à Comissão de Ética desta Casa, que patrocinou essa invasão. Se é para discutirmos violência, fascismo, eu vou discutir até o fim e faço questão disso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apenas para esclarecimento, Ver. Professor Wambert. Esta Casa vem discutindo há muito tempo um esquema de segurança que está sendo implementado. Agora, o que aconteceu no plenário não foi nenhum sistema de segurança. Aqui foi aplicação do Regimento, e será aplicado enquanto este Presidente estiver presidindo. (Palmas.) O Ver. Professor Wambert acaba de me dizer que concorda.

A Sra. Sofia Cavedon: Sr. Presidente, eu gostaria que ele também corrigisse a fala dele, porque ele me responsabiliza, aliás, afirma que eu patrocinei a invasão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver.^a Sofia Cavedon, cada fala é responsabilidade do seu autor. V. Exa., por favor, trate diretamente com o autor.

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 006/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, apenas breves considerações. Primeiro, ninguém está querendo derrubar o prédio ou rejeitar a obra de Niemeyer, é preciso que isso fique claro. Existem vícios formais claríssimos decorrentes desse processo – repito -, a comissão gestora determinada por lei não foi formada, não há nenhum registro desta. A comissão fiscal, também exigida por lei, não foi formada, não há dela registro. E, por último, foi utilizado indevidamente o terreno para fins diversos dos quais a lei aprova, teve um estacionamento privado e há provas disso, inclusive no Google, quem procurar lá, datado de 2011, 2012, vai ver o estacionamento privado sendo cobrado. Portanto, três apontamentos graves que, segundo a legislação, tornam a área concedida passível de posse novamente da Prefeitura.

A solução, portanto, de virar memorial à história e cultura gaúcha poderá dar o devido respeito à qualidade da obra de Niemeyer, porque ninguém aqui está falando em derrubar o prédio ou qualquer coisa do tipo.

Aliás, me parece extremamente razoável essa proposição da Bancada do PP, a qual eu saúdo pela inteligência que teve de conseguir tirar uma solução criativa e inteligente, que atendendo interesse público de Porto Alegre, Oscar Niemeyer foi, sim, um grande arquiteto, tem uma história no nosso País e mereceria, por exemplo, um devido espaço no memorial à história da cultura gaúcha, que poderia ficar em seu prédio.

Por último e não menos importante, quero comentar também sobre a expulsão daqueles que ofenderam, acho correto, acho que quem ofende o Parlamento está ofendendo a democracia e a liberdade de expressão e deve, sim, ser expulso. Mas me estranha que nos dias que a militância do PT, do PSOL e PCdoB passam a tarde interrompendo e ofendendo os Parlamentares, invadindo, não haja expulsões.

Fico feliz com a fala do nosso Presidente de que isso será posto em prática no Regimento, pois assim aguardarei quando tivermos militância desses, do outro lado, que ofendem, porque não estou a fim de defender qualquer tipo de ofensa contra Parlamentar, independentemente de quais ideias estejam sendo defendidas nesta tribuna. Muito brigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01 ao PLCL nº 006/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

REJEITADA por 15 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCL nº 006/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 13 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**.

Apregoo declaração de voto firmada pelo Ver. Mendes Ribeiro.

Em discussão o PLL nº 096/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Paulo Brum está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 096/17.

O SR. PAULO BRUM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, depois de uma tarde calorenta, apresento aos senhores a proposta de criarmos mais uma ferramenta que possibilite a inclusão social das pessoas com deficiência e, aqui, especificamente falando sobre a Síndrome de Down. O nosso projeto propõe instituir, no Município de Porto Alegre, o Programa Municipal de Orientação sobre a Síndrome de Down e incluir a efeméride Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Down no Calendário de Datas Comemorativas do Município de Porto Alegre.

Cabe salientar, Sr. Presidente, que esta nossa proposta vem ao encontro de uma lei já aprovada pela Assembleia do Estado, portanto, é lei no Estado do Rio Grande do Sul, que criou o Programa Estadual de Orientação sobre a Síndrome de Down.

A Exposição de Motivos é bem clara: a presente proposição institui o Programa Municipal de Orientação sobre a Síndrome de Down pela conjugação de diversificadas ações a serem implementadas pelo Município de Porto Alegre em parceria com organizações da sociedade civil organizada objetivando elevar o nível de informação, conscientização e compreensão dos familiares, dos profissionais das áreas de saúde e da educação e da sociedade em geral sobre a disfunção genética e a inclusão da pessoa com Síndrome de Down.

Sr. Presidente, a Síndrome de Down não é uma doença, é uma ocorrência genética natural, que, segundo estimativas do Ministério da Saúde, acomete uma criança entre 600 e 800 nascimentos, independentemente de etnia, gênero ou classe social. Alterações provocadas pelo excesso de material genético no cromossomo 21 determinam as características típicas da Síndrome, variando enormemente de indivíduo para indivíduo,

como olhos oblíquos semelhantes aos dos orientais, rosto arredondado, mãos menores, com dedos mais curtos, prega palmar única, orelhas pequenas, dificuldades motoras, atraso na articulação da fala e em 50% dos casos, cardiopatias. Pode acarretar também comprometimento intelectual, fazendo com que conseqüentemente a aprendizagem e o desenvolvimento geral ocorram em um ritmo mais lento. Portanto, Sr. Presidente, peço a sensibilidade dos meus colegas Vereadores para que nós possamos também fazer parte já dessa lei estadual que criou no Estado, criando aqui a Semana Municipal, de 21 a 28 de março, para tratar exatamente da conscientização, da orientação e para propormos ações concretas que visem à inclusão social das pessoas com deficiência, em especial os meus irmãos com Síndrome de Down. Por isso eu peço a aprovação dos Srs. Vereadores para esta proposta, que Porto Alegre também constitua esse programa municipal! Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLL nº 096/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** (Palmas.)

A Sra. Comandante Nádia (Requerimento): Solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Paulo Brum, ao PLL nº 048/16.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Paulo Brum, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 048/16 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.)

Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em discussão o PLL nº 048/16. (Pausa.) Não havendo quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 048/16.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde a todos. Há um expressivo aumento do número de casos de dengue em Porto Alegre. Todos nós sabemos. Há cidades e em outros Estados em que os agentes entram com a polícia e arrombam o portão para fazer a limpeza dos terrenos. Gente, esse mosquito, depois que ele chega, não tem mais nada. Nós temos de prevenir. Por isso que peço aos caros colegas, mais uma vez, a confiança de todos para a aprovação desse projeto. É um projeto para a saúde do nosso povo de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 048/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 048/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 048/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h35min.)